

# Governo vai dar 1,9% de aumento

Página 2

## Retrospectiva - Fatos que marcaram 2003

Páginas 4 e 5



# Aumento será de 1,9%

O Orçamento da União para 2004 enviado pelo governo e aprovado pelo Congresso há duas semanas vai destinar R\$ 1,5 bilhão para o reajuste linear do funcionalismo este ano. De acordo com o deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que foi o relator da matéria no Congresso, a verba será suficiente para um reajuste de apenas 1,9% para os servidores que há anos es-

tão submetidos a um arrocho salarial sem precedentes. O governo planeja aumentar o salário mínimo dos R\$ 240 atuais para R\$ 280, embora o Orçamento indique reajuste para R\$ 276. Mesmo assim o governo condiciona uma decisão final aos indicadores econômicos dos primeiros meses do ano.

No ano passado, como se sabe, o governo concedeu aumento de

1% mais um abono de R\$ 59 ao funcionalismo, o que ficou longe de recompor sequer a inflação do período, que foi de 12%. Este ano, a situação vai se repetir: a inflação não deve ser menor do que 9%. Em 2003 o governo Lula criou um malabarismo para conceder o reajuste, elaborando uma fórmula em que aplicou o percentual de 1% linear e uma vantagem salarial de R\$

59,87. A justificativa foi a de um orçamento apertado para manter o chamado superávit fiscal, cujo dinheiro é destinado ao pagamento de juros da dívida interna e externa. Os mesmos argumentos estão sendo utilizados agora para explicar a concessão de um aumento pífio aos servidores que vão ter que mobilizar forças para enfrentar o arrocho no seus salários ■

## Acordo: sai o aumento

O governo, através do ministro do Planejamento, Guido Mantega, acertou com a Fasubra a publicação de uma medida provisória determinando um abono aos salários dos servidores retroativo a 1º de dezembro, segundo informou um dos coordenadores da Fasubra, Paulo Henrique. O percentual é uma gratificação provisória e significa a aplicação de R\$ 16 milhões que o governo tem

em caixa para os técnicos-administrativos das instituições federais de ensino – que envolve a base da Fasubra e do Sinasefe (as escolas técnicas federais).

O dirigente também informou que o governo vai reabrir as discussões com a categoria através da comissão interministerial integrada por representantes dos trabalhadores (Fasubra e do Sinasefe) e do governo (ministérios

do Planejamento, Educação e Casa Civil). Já existe, inclusive, uma data para a primeira reunião: 2 de fevereiro. Paulo Henrique explicou que com isto se abre expectativa para que se recoloque na mesa de negociação o debate sobre carreira para os trabalhadores do setor. A referência, segundo ele, será o Plano de Cargo Único (PCU) elaborado pela Fasubra e rejeitado pelo Planalto.

## Violação de direitos humanos

A forte expectativa de mudanças políticas e econômicas que tomou conta tanto dos movimentos sociais e populares quanto dos setores mais reacionários da sociedade após a eleição de um presidente da República de esquerda fez com que no Brasil se agravasse seu triste cenário de violação dos direitos humanos este ano. Esta é a principal constatação do “Relatório Direitos Humanos no Brasil 2003”, que foi lançado em dezembro durante evento na PUC do Rio.

Organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, o relatório é fruto das análises realizadas por 25 organizações do movimento social entre janeiro e setembro de 2003. Distribuídas em cinco capítulos e dezenas de textos, as análises trazem informações sobre violações dos direitos humanos praticadas contra indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas, populações atingidas por barragens, habitantes das favelas e periferias, mulheres e crianças. A situação é grave, seja no meio urbano ou rural.

### Violência urbana

Nas grandes cidades, as polícias são quase sempre protagonistas das ações de violação dos direitos humanos. Apenas nos cinco primeiros meses de 2003, a Polícia Militar de São Paulo, por exemplo, matou 435 pessoas, numa média de três homicídios por dia. No relatório, a pesquisadora Ana Facundes relata o caso de Sapopemba, na periferia paulistana, onde existe uma prática histórica de agressão aos trabalhadores por parte da polícia: “Lá, a população se organizou para mobilizar o Estado. Foram realizadas oitavas públicas, as pessoas foram corajosas, mas agora estão sofrendo graves ameaças. O governo tem que fazer sua parte”, pediu.

## Qualidade da universidade pública

Em sua última edição, o “Provão”, que avaliou este ano 435 mil alunos de 5,8 mil cursos de 26 áreas, deu mais uma vez justificados louros às universidades públicas. As privadas são em maior número, mas são as públicas que detêm a qualidade: estas concentram a maioria dos

conceitos A e B em todas as áreas avaliadas. A maioria dos cursos das privadas tem conceito C.

Os resultados da última edição no formato atual foram divulgados no dia 15. Dos conceitos A e B, 55,4% estão nas instituições públicas. Uma diferença ainda

mais expressiva quando se leva em conta que as públicas têm apenas 36% dos cursos superiores oferecidos no país.

Engenharia Civil, Farmácia e Psicologia foram áreas de melhor desempenho nas federais: todas com mais de 70% dos cursos com notas A e B.

**BALANÇO.** Ao adotar a política econômica de FHC, governo deixa trabalhadores na mão

# Governo decepciona

Fotos: ABr

**N**a quarta tentativa, um presidente operário chega à Presidência da República pela primeira vez. Foi com esta marca inédita que o ano de 2003 começou. Mas a orientação dos primeiros doze meses do governo Lula não expressou o anseio de mudança, que criou as condições para sua eleição. Ao contrário: ao assumir a continuidade da política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula pulverizou a esperança e sacramentou o temor de que mais uma vez os interesses da grande maioria da população de um país marcado por cruel desigualdade social fossem colocados de lado. Foi o que ocorreu. O desemprego se ampliou e as reformas aprovadas no Congresso Nacional atingiram diretamente os direitos dos trabalhadores públicos do país. A reforma agrária não andou e sequer os programas sociais (políticas piedosas para atender a população mais pobre) foram desenvolvidos com eficiência. O FMI, os grandes grupos do capital financeiro e as grandes corporações industriais e do agronegócio aplaudiram o governo, que só este ano pagou de juros da dívida interna e externa perto de 70 bilhões de dólares. O governo aprovou uma reforma tributária que foi um arranjo das oligarquias regionais lideradas pelos governadores. Mas foi a reforma da Previdência um dos símbolos mais fortes da orientação política do Palácio do Planalto: entre outros feitos, a reforma taxou os inativos e abriu caminho para a privatização da Previdência. Os funcionários públicos fizeram greve, numa luta que teve o seu ponto alto na manifestação que reuniu 70 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. No plano espe-

## ESPLANADA OCUPADA.

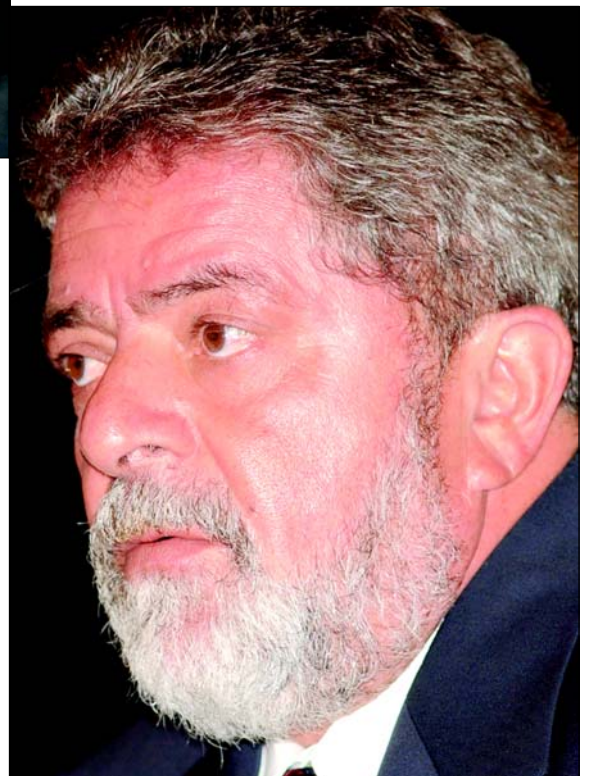
Entre a noite de terça-feira, 5, e quarta-feira, 6 de agosto, Brasília viveu um daqueles momentos que deixam marca na crônica política do país. A Câmara dos Deputados iniciava a votação da reforma da Previdência no plenário. Nas ruas, a concentração de servidores vindos de todos os cantos do país para protestar contra a reforma aumentava a cada minuto. No auge, foram 70 mil funcionários na manifestação



**POLÍCIA NO PARLAMENTO.** Deputado João Paulo Cunha (PT-SP) entrou para a história como o primeiro presidente da Câmara a convocar forças policiais ao prédio do Congresso. O episódio ocorreu na última semana de julho. O deputado chamou a polícia para reprimir manifestação de funcionários públicos nos dias que antecederam a votação, em primeiro turno, da reforma da Previdência – que acabou sendo aprovada com poucas alterações no texto original enviado pelo Palácio do Planalto. O projeto de Reforma também passou por duas votações no Senado Federal. Lá foi aprovada uma espécie de emenda paralela

cífico, o governo errou com os trabalhadores das universidades federais. Depois de assumir compromisso textual (através de fax enviado pelo ministro do Gabinete Civil, José Dirceu), o governo se recusou a implantar o Plano de Cargo Único dos técnicos-administrativos – o PCU. O ano de 2004 promete mais. Entre esses desafios, destacam-se as anunciadas reformas universitária, trabalhista e sindical em elaboração nos gabinetes do Palácio do Planalto. ■

**NO PODER.** Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro operário a assumir a presidência da República, assumiu trazendo esperança para a grande maioria da população brasileira. Seu primeiro ano de governo, no entanto, seguiu a cartilha do Fundo Monetário Internacional, a mesma que orientou os oito anos do nefasto governo de Fernando Henrique Cardoso. Na área econômica, o governo Lula é a continuidade do anterior, privilegiando o pagamento de juros da dívida, o que resulta em estagnação econômica e aumento do desemprego no país. Tal política trouxe descontentamento aos setores do PT comprometidos com os trabalhadores, que ainda buscam alterar o perfil do governo



**PERSPECTIVAS:** Segundo Aloísio Teixeira, restrição fiscal vai dificultar vida da UFRJ

# 2004: horizonte ruim

Foto: Niko Júnior

**N**a última sessão do Consuni de 2003, dia 22, em cerimônia no Palácio Universitário, na Praia Vermelha, o reitor Aloísio Teixeira, acompanhado de seus pró-reitores, fez um balanço de 6 meses de gestão e apresentou metas para 2004. Aloísio afirmou que a universidade continuará a ser punida pela escassez de recursos perante a restrição fiscal e financeira do governo e que dificilmente haverá mudanças significativas. Embora as perspectivas não sejam promissoras, há muitos projetos para o Fundão e a Praia Vermelha.

Lembrando o nome da chapa pela qual se elegeu – *Universidade Federal do Rio de Janeiro em Tempo de Mudança* –, o reitor reafirmou os compromissos assumidos na campanha para a Reitoria e disse que ainda há muito o que fazer: modernizar a universidade, criar e fundir cursos, renovar a graduação. A continuidade e modernização do processo do vestibular é uma das prioridades. Aloísio quer transformar radicalmente as condições de acesso ao ensino superior, culminando com a suspensão do vestibular. “O atual modelo acaba sendo intransponível para as camadas mais pobres e populares.”

Segundo o reitor, 2004 deve ser o ano em que se deve pensar o que será a instituição UFRJ com mais integração e interdisciplinaridade. “Se avançarmos, estaremos criando um modelo renovador para o ensino superior público no país.”

Em sua apresentação, o reitor destacou alguns pontos:

**Universidade para os estudantes** – “Criação de mecanismos assistenciais, renovação de bolsas e ampliação das existentes, ação de servi-



**ORAÇÃO.** Aloísio, que prevê dificuldades, antes de apresentar o balanço, participou de missa

ços de apoio incluindo reestruturação da universidade e bandejões. Já decidimos ampliar significativamente o programa de bolsas para 2004, e os restaurantes universitários serão reabertos.”

**Articulação com a sociedade** – “Responder às demandas da sociedade sem perder de vista a função da universidade, que é a produção e a difusão do conhecimento. Trabalhar com as parcelas

mais carentes e em particular da comunidade próxima à UFRJ, principalmente a Maré.”

**SR-4** – “Foi nessa área que algumas das maiores atrocidades no período de intervenção se fez sentir. Foi esforço da gestão Lessa, Fracalanza e da nossa limpar essa área. Queremos melhorar as condições de trabalho, particularmente com o programa de qualificação (para todos os servidores, com ênfase

para os técnicos-administrativos). Não será mero treinamento para trabalho, mas formaremos cidadãos servidores públicos.”

**Diálogo** – “A garantia de que a universidade se mantenha como espaço aberto e vital implica um relacionamento construtivo e produtivo com entidades de representação, sejam elas de docentes, técnicos-administrativos e estudantes. Isso pode ser conduzi-

do com um rigoroso respeito à liberdade de expressão. Principal ação é manter e ampliar a participação em todos os órgãos acadêmicos e colegiados da universidade.”

**Colegiados** – “A universidade se fortalece com a presença de seus órgãos colegiados.”

**Planejamento** – “A falta de uma cultura de planejamento na universidade é um dos maiores problemas com o qual nos defrontamos. Por isso criamos uma área específica. A função de administrar e a função financeira têm que estar baseadas em três grandes princípios organizacionais: autonomia, institucionalidade e visibilidade.”

## Dificuldades

Sobre os problemas enfrentados pela Reitoria, Aloísio falou do estado da Biblioteca do IFCS, do alagamento do Nesc, da intervenção na Faculdade de Educação, do problema da Faculdade de Direito, afirmando que há muitos outros que ainda serão devidamente enfrentados. “Temos problemas no HU e em várias unidades. A disposição é de enfrentá-los e de fazê-lo junto com a universidade”. Ratificando que a Reitoria desenvolve um projeto coletivo, Aloísio destacou que nenhuma violência será cometida contra nenhuma unidade e contra ninguém.

## Reconhecimento

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, na sessão solene do Consuni destacou o papel dos trabalhadores técnico-administrativos na universidade: “Assim como os docentes, os funcionários têm responsabilidade e dedicação. É no cotidiano de seu trabalho que temos a noção do quanto são dedicados a esta instituição.” ■

**SUBSTÂNCIA.** Laboratório produz reagente utilizado na investigação de crimes

# UFRJ fornece Luminol à polícia do Rio de Janeiro

Foto: Niko Júnior

Quem tem acompanhado o noticiário policial nos últimos meses tem ouvido falar com frequência de uma substância química utilizada pela polícia nas investigações criminais. Trata-se do Luminol, que é fornecido à polícia do Rio pela UFRJ. Através de reação química, a substância permite identificar vestígios de sangue em objetos e locais lavados até seis anos depois da ocorrência. O Luminol auxiliou nas investigações sobre a morte do chinês Chan Kim Chang, torturado no presídio Ary Franco em outubro. No momento tem sido um dos instrumentos a que tem recorrido a polícia para desvendar o misterioso assassinato do casal de americanos Zera Todd e Michelle Staheli, numa mansão na Barra da Tijuca.

A substância vem sendo aplicada desde 2001 e já auxiliou na solução de mais de 50 casos de homicídio no Estado do Rio de Janeiro. Ela foi desenvolvida por pesquisadores norte-americanos na década de 60 e é usada pelas mais diversas agências de investigações criminais do mundo, entre elas o FBI. Só que a maneira como é produzida nos Estados Unidos exige uma tecnologia cara, aumentando os custos da polícia brasileira com importação.

Com a metodologia de síntese desenvolvida no Laboratório de Síntese e Análise de Produtos Estratégicos (Lasape) do Departamento de Química Analítica do Instituto de Química da UFRJ, a substância passou a ser facilmente obtida utilizando o sal de nióbio.



A utilização desse reagente-chave (sal de nióbio) reduziu os custos da produção da substância. O kit do reagente químico produzido pelo laboratório é dez vezes mais barato que o importado. “Nós estamos fornecendo o Luminol para a Polícia do Rio gratuitamente e assim que ficar pronto o convênio da UFRJ com o Vital Brasil (empresa farmacêutica do Governo do Estado) iremos fornecer para as polícias de todo o Brasil, dos países do Mercosul e até dos Estados Unidos, que já mostraram interesse em adquirir o nosso produto”, afirma Cláudio Cerqueira Lopes, coordenador do Lasape.

O reagente produzido pela UFRJ, além de mais barato,

tem melhor desempenho, segundo o pesquisador, porque não precisa de luz ultravioleta para revelar vestígios de sangue: estes aparecem numa reação química luminescente (como a de um vaga-lume), o que atende à demanda de peritos brasileiros quando informam que a maioria dos crimes no Brasil ocorre em locais escuros, como morro ou matagal ao redor das cidades.

O trabalho é desenvolvido com o apoio da Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro). Além de Cláudio Lopes, participam da equipe de pesquisa do Luminol os professores-coordenadores Rosângela Sabatini Lopes, Jari Nóbrega Cardoso, a pesquisadora Jaqueline Alves da Sil-

va, e a estudante de graduação em Química Leticia Gomes Ferreira. O Escritório de Propriedade Intelectual da UFRJ já depositou a patente do produto no INPI. A nova técnica foi desenvolvida por professores e estudantes de pós-graduação do Departamento de Química Analítica. ■

**PESQUISA.** O professor Cláudio Cerqueira, coordenador do Laboratório, lidera os pesquisadores que descobriram um método que reduziu os custos da produção do Luminol e tornou a substância mais eficiente

## Como funciona

O Luminol produz radiação decorrente de reação química que permite descobrir se em determinado local há traços de sangue humano, até em locais com azulejos, pisos cerâmicos ou de madeira que tenham sido lavados mesmo seis anos depois da ocorrência do crime. A reação química não afeta a cadeia de DNA, permitindo o reconhecimento dos criminosos ou das vítimas.

Federação deu identidade e visibilidade à categoria dos técnicos-administrativos no Brasil

# Fasubra faz 25 anos

**140 mil  
trabalhadores  
na base**

A Federação dos Sindicatos das Universidades Brasileiras (Fasubra) fez aniversário. De 19 de dezembro de 1978, quando foi fundada, até a data que marcou 25 anos de existência, em 19 de dezembro de 2003, passou por transformações e momentos que a consolidaram como uma entidade representativa de uma nova categoria no meio sindical: os técnicos-administrativos. Em Brasília, o aniversário foi comemorado com uma cerimônia em que foi apresentado o projeto de preservação de memória da Federação.

“O fundamental nesse projeto é mostrar que a construção da Fasubra deu identidade e visibilidade a uma categoria que era invisível no espaço universitário. Os técnicos-administrativos passaram a existir a partir da nova constituição da Federação, e com uma pauta de reivindicações e proposições próprias. Além da luta, na minha opinião, o elemento central que marca a im-

portância da Fasubra é ter dado visibilidade e identidade a essa categoria”, declara Leia Souza, uma das integrantes da comissão nacional do projeto de preservação da memória e ex-dirigente da Federação.

#### História

A Fasubra surgiu das entranhas da ordem autoritária. Tinha 20 associações e os fóruns nacionais serviam principalmente de pretexto para proporcionar eventos de caráter social. Foi no curso das mudanças por que passou a sociedade na fase de transição do regime ditatorial para a democracia que os funcionários das universidades, articulando agrupamentos de oposição, apropriaram-se de suas entidades de representação, imprimindo-lhes um perfil de atuação de tipo sindical.

Marco inicial desse processo de organização foi a convocação do I Congresso

Nacional da Federação, pelo qual deveria ser eleita sua nova diretoria. A proposta partiu do núcleo oposicionista durante o VIII Encontro Nacional da Fasubra em julho de 1982. O objetivo era acabar com o jogo de cartas marcadas que caracterizava o funcionamento das instâncias da entidade. Um segundo marco que teve importância decisiva para o avanço da mudança que transformou o caráter da Fasubra foi a primeira campanha reivindicatória realizada em novembro de 1982. Simbolizou o surgimento, em nível nacional, do movimento organizado dos funcionários das IFEs.

“A criação da Fasubra foi um esforço coletivo de uma nova geração sindical. Não tínhamos nenhuma estrutura mais, sim, muita vontade de fazer. Dormimos na sede durante muito tempo. Foi um momento em que a vida pes-

soal se misturava à vida sindical. Fizemos as primeiras mesas de negociação, os primeiros acordos, filiação à CUT. Logicamente com seus devidos erros”, lembra Carlos Maldonado, ex-dirigente da Fasubra e do SINTUFRJ.

Essa Federação esteve a frente de muitas iniciativas no meio sindical, sustentando, até mesmo bandeiras caras ao movimento dos trabalhadores. Ela foi a primeira federação nacional sindical a se filiar a CUT, produzindo também o primeiro termo de acordo entre governo e servidores públicos. Foi a primeira entidade a reagir ao governo Collor, decretando greve por tempo indeterminado, e a federação que iniciou e foi até o fim com os petroleiros na greve contra o governo FHC.

Hoje a Fasubra congrega 46 instituições de nível superior com 140 mil trabalhadores na sua base. “A Fasubra manteve o seu centro, a sua identidade e a sua importância, mesmo diante das crises do ponto de vista ideológico e teórico, tendo preservado seu perfil ao longo destes anos diante de outras entidades nacionais do serviço público”, afirma Lênio Pires, da comissão nacional de memória, ex-dirigente da Fasubra e do SINTUFRJ.

O projeto para reunir a história da Fasubra é audacioso. A Comissão Nacional do Projeto Memória da Fasubra Sindical, formada por Vânia Galvão, João Eduardo Fonseca, Honório Rocha, Leia Souza, Lênio Pires, Arthur Bloise, Marcos Soares e Cenira da Mata foi convidada a retomar esse projeto, que foi aprovado no XV Confasubra, em 1997. A pesquisa será feita em arquivos da própria entidade, dos sindicatos de base, dos militantes, da imprensa, do Congresso Nacional, do MEC, assim como também por meio de entrevistas. Um vídeo em CD-ROM também está programado.

A participação do SINTUFRJ na vida da Federação é um capítulo à parte na história. Maior sindicato da base e com tradição de luta, já deu oito dirigentes para a direção nacional. São eles: Carlos Maldonado, Ronaldo Lobão, Waldir Spíndola, Márcilio Lourenço, Lênio Pires, Marlene Ortiz, Agnaldo Fernandes e Neuza Luzia.



**QUEM FAZ A HISTÓRIA.** Bandeira da Fasubra na manifestação de funcionários públicos contra a reforma da Previdência